



Índice

- 01** Acendendo a chama da Justiça no chão sagrado dos Kariri
- 02** Índios relatam medo e dizem sofrer ameaças de população no Sul do AM
- 03** Familiares cobram agilidade do Estado na busca por homens desaparecidos na Transamazônica
- 04** Para produtor rural índios foram culpados pela morte de Oziel
- 05** Governo oferece 78,5 milhões por Buriti. Fazendeiros acham pouco e respondem: "vamos pro pau"
- 06** Surpreendente! "Inquérito sobre morte de indígena em fazenda é inconclusivo, diz PF em MS"
- 07** Índios jiahui devem voltar a viver em isolamento
- 08** Manifesto pede fim de pedágio cobrado por índios no Sul do AM
- 09** Não há omissão na garantia de segurança aos índios tenharim, diz Funai
- 10** Órgãos públicos avaliam área para índios
- 11** Índios ameaçam invasão e conflito pode estourar
- 12** Guaíra – Tensão entre índios e produtores pode ter fim
- 13** 'Não há omissão na garantia de segurança aos índios Tenharim do Amazonas', garante Funai



- 14 Famílias e tribos indígenas continuam a ocupar terreno particular na Vargem Pequena
- 15 Funai confirma exploração ilegal de madeira em terras awá-guajá, no Amazonas
- 16 Exército reforça busca dos corpos dos três homens sequestrados pelos índios
- 17 "Confira o impressionante diálogo do Cacique Aurélio Tenharim com o Comandante Militar da Amazônia"
- 18 Agressão a quilombolas em base onde Dilma passou férias será levada à ONU
- 19 Reserva indígena vive clima de tensão para retirada de posseiros
- 20 Definição de valores de terras de conflitos indígenas será no dia 17
- 21 Nota Pública: Apoio à extrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão
- 22 Noroeste: Justiça Federal reconhece direito de indígenas em área que Terracap loteou
- 23 CIMI aciona o MPF para que morte de Oziel não fique impune
- 24 Ribeirinhos: faltam 98 casas para serem cadastradas
- 25 Militares da Marinha serão ouvidos pelo MPF sobre prisão de quilombolas na Bahia
- 26 Deputado critica agressões contra quilombolas e pede ação do Estado
- 27 Escassez de recursos preocupa moradores. Ações alternativas começam a sair do papel
- 28 Emater atende a quilombolas
- 29 Mais Médicos: governo vai trazer mais profissionais estrangeiros



Boletim de Notícias - Edição nº 03 / 2014

Brasília, 09 de janeiro de 2014.

-
- 30** Índios Kricatí derrubam duas torres da Eletronorte em Montes Altos-Ma
 - 31** Década Internacional de Afrodescendentes é aprovada na Assembleia Geral da ONU



Acendendo a chama da Justiça no chão sagrado dos Kariri

SÍTIO CIMI, 08.01.2014

Saulo Feitosa,
Cimi Regional Nordeste

É noite do dia 6 de janeiro, data na qual se evoca a memória dos reis magos que foram em busca do menino nascido em Belém, e o povo Xukuru festeja o Rei do Orubá. Alguns homens da comunidade de Palmeirinha trazem para o centro do terreiro pedaços de lenha caprichosamente cortados em partes iguais. Valeriano Xavante se aproxima e, fazendo uso da habilidade adquirida com seu povo, acende a fogueira em “um piscar de olhos”. Rapidamente as chamas sobem, aumentando a sensação térmica do ambiente naturalmente quente nessa época do ano. Crianças, jovens, adultos, anciãos, todas as expressões geracionais da bonita gente de Palmeirinha vão se achegando e formando o grande círculo em volta da fogueira onde acontecerá a roda de conversas, cantos e danças. Um misto de memória e utopia toma conta do ambiente, nos rostos de todos e todas se vê a tradução do sentimento interior: prazer, curiosidade, alegria...

Palmeirinha está localizada na região do Kariri, há cerca de 8 km da cidade de Juazeiro do Norte. Lugar de peregrinação desde o final do século XIX, quando o padre Cícero começou a atrair os sertanejos de várias partes do Nordeste que para lá se deslocavam, inicialmente a pé. Muitos chegando a percorrer distâncias superiores a mil km. Haroldo, missionário do Cimi que atua no sul da Bahia, fez uma fala inicial e passou a palavra para Valeriano Xavante e para o pajé Antonio Celestino, do povo Xukuru-Karri que, de forma breve, saudaram os participantes daquele momento celebrativo. Como aquela região, território originalmente ocupado pelos povos indígenas da família Kariri, transformou-se em lugar sagrado para os nordestinos, que liderados por beatos e beatas protagonizaram bonitos episódios de fé e resistência popular, os indígenas inicialmente ouviram as histórias locais, contando com a contribuição da professora Maria do Carmo, do professor Océlio e do padre Machado.

Alguns deles, principalmente os pertencentes aos povos de Alagoas e Pernambuco, já tinham certa familiaridade com os assuntos abordados, mesmo porque o Juazeiro também é uma referência religiosa para seus povos. Mas outros ali presentes sequer tinham ouvido falar naquelas experiências de fé. Contudo, a forma como as conversas ocorreram favoreceram a compreensão por parte de todos e lhes possibilitou fazer uma interface com as lutas de seus povos, desde a Confederação Kariri, grande expressão da resistência indígena no final do século XVII, até as lutas indígenas atuais que acontecem em todo o país. As conversas foram intercaladas por cantos e danças dos povos Potiguar, Pataxó-Hã-Hã-Hãe, Pankararu e Xerente, que envolveram todas as pessoas, levando-as a participar conjuntamente. Ali, observando a fogueira e sendo aquecidos por seu calor, era possível sentir a força espiritual do lugar, o KARIRI, hoje território sagrado para indígenas, negros e sertanejos pobres; povos que lutam por justiça, testemunhos proféticos que nunca se calam, vozes-saberes da periferia do mundo que carregam consigo a esperança na LIBERTAÇÃO.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 03 / 2014

Brasília, 09 de janeiro de 2014.

A celebração terminou com gosto de “queremos mais”. Ninguém demonstrava cansaço, mas Haroldo lembrou que precisávamos dormir e recompor as energias para o dia seguinte, quando na manhã, ainda cedo, nos deslocamos para a cidade de Nova Olinda, distante 50 km de Palmeirinha, passando pela Floresta Nacional do Araripe, um verdadeiro oásis em meio ao semiárido nordestino. Em Nova Olinda, um dos 11 municípios que integram a microrregião do Kariri cearense, visitamos a Casa Grande, um ponto de cultura que além de ofertar cursos e atividades artístico-culturais envolvendo a população local, abriga um pequeno museu sobre a presença indígena na região. A viagem foi muito prazerosa e informativa. Após o retorno para Palmeirinha, iniciou-se a preparação para a abertura do 13º Encontro Intereclesial de Cebs, que ocorreu na noite do dia 7, com a presença de cerca de 4 mil pessoas, vindas de todos os estados brasileiros, países da América Latina, Europa, África e Ásia. A celebração aconteceu na Praça do Santuário de São Francisco das Chagas, em Juazeiro do Norte. Mais um grande momento de emoção e celebração dos projetos de vida dos povos lutadores da Terra, que dão legitimidade ao “mote” inspirador do grande encontro: “Justiça e Profecia a Serviço da Vida”.



Índios relatam medo e dizem sofrer ameaças de população no Sul do AM

SÍTIO CEDEFES, 08.01.2014

Líderes indígenas dizem que orientação é para evitar confronto. Conflito entre indígenas e moradores começou após sumiço de três pessoas.

Após 22 dias do desaparecimento de três homens que foram vistos pela última vez na BR-230, próximo à aldeia Tenharim, o conflito entre índios e não-índios continua no Sul do Amazonas. Segundo o líder indígena Ivanildo Tenharim, as ameaças são constantes e os índios temem por novos protestos.

Ivanildo Tenharim disse que os índios da região estão vivendo sob constantes ameaças. "Nos protestos anteriores queimaram os pedágios e tentaram invadir a aldeia. As lideranças foram avisadas para não revidar, mas o medo ficou". No dia 27 de dezembro, madeireiros e fazendeiros atearam fogo em instalações dos Tenharim, em protesto ao pedágio que era cobrado para passagem na Transamazônica, que corta a reserva.

Segundo Tenharim, se os conflitos chegarem novamente à aldeia a primeira orientação é para que todos evitem o confronto. O líder disse que estão preparados para isolar a reserva caso haja algum ato de vandalismo. "Em último caso, o que faríamos para evitar um confronto é isolar a região, cortando as pontes de acesso", explicou.

Um dos líderes dos Matuí, Bosco Matuí, etnia que também vive em uma reserva que é cortada pela BR, comentou os dias de conflitos na região. "O que aconteceu aqui não foram protestos, foi vandalismo. As nossas mulheres e crianças estão com muito medo. A minha mãe, uma senhora de idade teve que correr para dentro da mata e acabou machucada. Tenho dois filhos especiais que estão sem receber atendimento médico porque temos medo de sair da aldeia", contou Bosco.

Os indígenas se pronunciaram durante visita da comitiva do comandante-geral do Exército na Amazônia, general Villas Bôas, do procurador do Ministério Público do Amazonas, José Roque, e de outros oficiais do Exército, nesta segunda-feira (6) na reserva indígena. Também estiveram presentes na reunião as lideranças das etnias Jiahui e Matuí.

Durante a visita da comitiva, os índios avisaram que o pedágio voltará a ser cobrado a partir do dia 1º de fevereiro. O general Villas Bôas ressaltou que o momento é de pacificação e recomendou que os pedágios não voltem a funcionar na BR-230.

Buscas

Os trabalhos de buscas aos homens desaparecidos estão concentrados no trecho que fica entre o km 136 e 150 da Transamazônica (BR 320), em uma região de mata fechada. Ao todo, cerca de 400 homens do Exército, Polícia Federal (PF), Força Nacional, Polícia Militar (PM) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) foram enviados ao local.



De acordo com o Comando Militar da Amazônia (CMA), o Exército foi enviado ao Sul do Estado para prestar apoio logístico à região do conflito, com o transporte de alimentos e pessoas.

Conflitos no Sul do Amazonas

A região onde a reserva está localizada é palco de conflitos, que começaram no dia 25 de dezembro, após o desaparecimento de três pessoas. A terra indígena é cortada pela rodovia Transamazônica (BR-230). Desde então, a área localizada no Sul do Amazonas vive dias de instabilidade por conta de protestos violentos que já resultaram na depredação de prédios e bens públicos de órgãos e autarquias federais relacionados a políticas públicas voltadas aos povos indígenas, além de ameaças a um grupo de indígenas que estava na cidade para tratamento de saúde.

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>

Familiares cobram agilidade do Estado na busca por homens desaparecidos na Transamazônica

SÍTIO A CRÍTICA, 08.01.2014

Angustiados com a demora do trabalho de buscas, parentes de dois dos três desaparecidos na reserva indígena Tenharim dizem que investigações andam a passos de tartaruga e que governo federal está sendo omissos com o drama das famílias



Durante entrevista, os familiares criticaram declarações da presidente Dilma e ministro da justiça que beneficiariam os indígenas (Anderson Silva)

"Com as matérias que têm saído na imprensa, vi que a vida do índio é mais importante que a do branco. Nessa situação de Humaitá, onde meu marido e mais dois pais de famílias estão desaparecidos e até agora não temos nenhuma informação, parece que há um descaso. O que esperamos é que eles não passem a mão nos culpados, independente de sua raça, afinal nós também somos brasileiros. Até agora não sabemos nada, meu coração está com ódio da presidente Dilma, por passar a mão na cabeça desses infelizes", disse com lágrimas nos olhos a dona de casa Adriana dos Santos, esposa do representante comercial Luciano Ferreira Freire, 30.

A declaração foi dada na manhã desta quarta-feira (8) durante uma conversa com familiares de Luciano no município de Humaitá (localizado a 590 quilômetros em linha reta de Manaus). Os familiares acreditam que a falta de informações do caso pode ser baseada no

CONT.



posicionamento da presidente Dilma Rousseff que apóia as causas indígenas e do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, que garantiu que quem cometesse “abusos” contra índios deveria ser “punido”.

Além do marido de Adriana estão desaparecidos, o professor Steff Pinheiro de Souza e o funcionário da Eletrobrás Amazonas Energia Aldeney Ribeiro Salvador. Eles trafegavam em um carro modelo Gol, de cor preta, e foram vistos pela última vez nas proximidades do quilômetro 130 da Transamazônica (BR-230), que fica dentro da reserva indígena Tenharim Marmelos, entre os municípios de Humaitá e Manicoré. Moradores acusam os índios de terem sequestrado os homens em represália à morte do cacique Ivan Tenharim. O estopim para o conflito na região se deve a cobrança de pedágio pelos indígenas da reserva na rodovia.

“Dá impressão que isso vai ficar isso mesmo. Questionei o general Villas Bôas, do Exército, que se fossem os brancos que tivessem feito alguma coisa com os índios, já teriam prendido metade da população para dar resposta ao país com um caso elucidado. Como não é o caso, está parecendo que estão tentando se calar”, disse um dos familiares das vítimas, que preferiu não se identificar.

Declarações polêmicas

As declarações da presidente e do ministro causaram um sentimento de revolta na população do município, que acredita os índios possam acabar sendo beneficiados. Segundo o funcionário público Raimundo Nonato Cardoso, 48, que é tio de Adriana, já são 23 dias de angústia, sem saber notícias sobre o paradeiro dos homens e convivendo em meio a boatos. Eles questionam a falta de informações pela Polícia Federal de Rondônia (RO), que está à frente do caso.

“As investigações estão andando, mas a passos de tartaruga. Por se tratar de uma terra indígena, a polícia demorou muito a ser acionada e principalmente, a começar a desvendar os fatos. Se os indígenas mataram o Luciano, o Aldeney e o professor Steff, eles tiveram tempo de apagar indícios importantes. Infelizmente não esperamos mais eles voltarem para casa, achamos que eles não estão mais vivos. Domingo vieram entregar o remédio do filho da minha sobrinha que estava com Luciano e foi encontrado junto com os destroços de um veículo. Queremos apenas dar um enterro digno ao nosso ente querido e ver a justiça sendo feita, independente se foi um índio ou não que cometeu o crime”, desabafou Cardoso.

PF está reticente

Raimundo acredita na competência da Polícia Federal e que já há informações contundentes sobre o caso. “Mas como se trata de fato que pode gerar um conflito nacional envolvendo indígenas e brancos, nada tem sido divulgado para não atrapalhar o governo federal, no ano em que os olhares do mundo estão voltados para o Brasil”, disse.

Após o boato do encontro dos corpos dos desaparecidos na última semana, a força de segurança - que está à frente da investigação e das buscas - passou a limitar as informações sobre o caso, inclusive, com a diminuição de notas oficiais para os veículos de comunicação que acompanham o trabalho.

CONT.



Vídeo para presidente Dilma

O deputado federal Silas Câmara (PSD), que está em uma viagem pelos municípios do Rio Madeira, visitou os familiares dos três desaparecidos e relatou a equipe de reportagem do Portal acritica.com, que pretende falar com a presidente Dilma, o ministro da justiça José Eduardo Cardoso e a ministra de Direitos Humanos Maria do Rosário sobre o conflito envolvendo brancos e indígenas na região.

“Tive a oportunidade de ouvir os familiares e fiquei muito sensibilizado com a situação vivida pelo município com esse caso. Ouvimos muitas histórias, inclusive de outros desaparecimentos gerados por esse conflito. Assim que retornar a Brasília, me comprometi de entregar um vídeo para a presidente e os ministros, mostrando o sofrimento da família e pedirei que mudanças sejam feitas. Vou procurar também as comissões de direitos, da Amazônia e segurança pública. Nos últimos anos, ocorreram fatos em que índios mataram brancos e os crimes ficaram sem solução. O melhor método para que isso mude é a alteração do Código Penal Brasileiro. Minha luta vai ser para que a justiça seja legal para todos. Lei boa é igualitária, seja índio, branco ou negro, evangélico ou católico, sem distinção”, disse o parlamentar.

Investigação

Policiais federais e militares do exército continuam as buscas na reserva Tenharim, principalmente na região do Igarapé Preto, onde foram encontrados partes do carro queimado. Os objetos encontrados na tarde da última sexta-feira (3) foram encaminhados para perícia e a polícia aguarda os resultados do laudo que deve sair nos próximos dias.



Para produtor rural índios foram culpados pela morte de Oziel

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 08.01.2014

Após a divulgação de laudo da Polícia Federal que não apontou culpados para a morte do índio Oziel Gabriel durante um processo de reintegração de posse em maio de 2013, na fazenda Buriti, em Sidrolândia, produtores da região afirmaram que concordam com o laudo. Para um dos produtores, inclusive os próprios índios foram culpados pela morte de Oziel.

Essa é a opinião do produtor rural César Palmieri, que acredita não haver culpados para a morte. "Na realidade não tem culpado, pois a polícia não estava usando armas de fogo e tudo leva a crer que foram sim os índios, pois eles mataram um ao outro, eles estavam com armas de fogo, e se tivesse sido a polícia ela não era culpada, os policiais estavam cumprindo ordens da Justiça", afirmou o produtor.

Segundo Palmieri, a informação do dia do conflito é que a polícia não usou munição letal. "Pelo que fomos informados, nenhum policial estava com arma letal, então o culpado foi ele de estar numa terra que não é dele, que ele invadiu, enfrentou a polícia e que a polícia pediu a saída antes da reintegração, apesar do pedido pacífico eles enfrentaram a polícia, não respeitando uma ordem judicial. A terra já está provada que não é indígena baseada em laudos antropológicos", reclama.

Comparação

Indignado com o fato de colocarem os proprietários como vilões da história, o proprietário que faz parte do grupo do "Confisco Não", que pede a indenização dos proprietários de terras invadidas compara.

"Se fosse no EUA que alguém defende sua propriedade com um tiro no invasor é um herói, Aqui não, sempre colocam a culpa no produtor, agora estamos esperando a justiça indenizar a terra, torcer para não ter mais confronto e tanto fazendeiros quanto índios tem que aguardar a justiça que é muito morosa. Agora querem um culpado para um crime que não existiu. Existiu a morte, infelizmente, uma tristeza, mas foram os próprios índios que acabaram com a vida do Oziel, infelizmente chegamos num ponto de confronto que aconteceu", amenizou.

Governo oferece 78,5 milhões por Buriti. Fazendeiros acham pouco e respondem: "vamos pro pau"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.01.2014



Foto capturada do site do Ministério da Justiça

Ruy Sposati, de Campo Grande (MS), no Cimi

O Ministério da Justiça (MJ) finalmente apresentou os valores das indenizações das 30 propriedades que incidem sobre a Terra Indígena Buriti, no município de Sidrolândia, no Pantanal do Mato Grosso do Sul. Totalizando 78,5 milhões de reais, a avaliação de benfeitorias e terra nua foi exposta a proprietários de terra e indígenas na primeira reunião da mesa de negociação sobre terras indígenas do MS, em Brasília, na última terça-feira, 7.

"Isso não serve. Acabou a mesa de negociação. Vamos pro pau!", respondeu ao grupo de trabalho o fazendeiro e ex-deputado estadual Ricardo Bacha, proprietário da fazenda Buriti, onde foi assassinado Oziel Terena em maio de 2013. A Bacha e sua família – donos de quatro propriedades incidindo sobre a terra indígena – foram oferecidos mais de 10 milhões de reais como indenização pela demarcação da área.

O advogado Luiz Henrique Eloy, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), é indígena Terena e compõe o grupo de trabalho jurídico da mesa de negociação do MJ, instituída após a morte de Oziel. Ele explica que os valores avaliados estão acima do valor comum praticado nos processos de demarcação de terras indígenas. "Se os fazendeiros fossem tentar vender essas terras, jamais conseguiriam alcançar o valor oferecido pelo governo".

"Quando o Incra faz avaliação da terra nua de uma propriedade, há dois critérios aplicados no processo", explica o advogado, "chamados de depreciação por ocupação e depreciação por conflito. Esses dois critérios costumemente acabam por reduzir o valor de uma propriedade. Só que esses dois critérios não foram aplicados no caso de Buriti. Para estas indenizações, estão sendo aplicados os valores de mercado, justamente para tentar agilizar o processo".

CONT.



Durante a reunião, os fazendeiros questionaram a metodologia utilizada pelos órgãos oficiais do governo responsáveis pela avaliação, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ambos expuseram que seguem um procedimento legal e pré-estabelecido, cujas metodologias são públicas e podem ser acessadas pelos sítios eletrônicos dos organismos.

Para a avaliação da terra nua, foi utilizada a metodologia comparativa e pesquisa de preço baseada em índices do IBGE fornecidos pela Caixa Econômica Federal. O Incra então elegeu 18 propriedades da mesma região (entre Sidrolândia, Aquidauana, Nioaque e Dois Irmãos do Buriti). Das propriedades escolhidas, 12 estavam em oferta, e 6 já haviam sido vendidas. O grupo técnico, então, comparou o preço de todas essas propriedades e chegaram ao valor de mercado real dessas propriedades.

“A reação dos fazendeiros foi exagerada, tendenciosa”, conclui Eloy. “Eles chegaram a exigir que fossem indenizados pelo dinheiro que gastaram desmatando as terras indígenas Terena”.

No próximo dia 17, o governo irá disponibilizar o detalhamento de cada item das áreas avaliadas. Os fazendeiros terão prazo de 10 dias para apresentar eventuais questionamentos sobre a demarcação.

Confira a tabela apresentada pelo Ministério da Justiça, com os valores da avaliação de benfeitorias e terra nua da Terra Indígena Buriti. Nas três fazendas onde se lê “vistoria não realizada”, os proprietários não permitiram a entrada dos grupos técnicos de avaliação:

Nº	Nome	Localidade	Denominação	Avaliação Benfeitorias (R\$)	Avaliação Terra Nua (R\$)	Total (R\$)
1	Acelino Roberto Ferreira	Cabeceira do Arrozal	Fazenda Variação do Buriti (Nossa Senhora Aparecida)	244.042,65	2.362.091,21	2.606.133,86
2	Acelino Roberto Ferreira	Santa Terezinha	Fazenda Santa Terezinha	176.500,99	2.034.109,74	2.210.610,73
3	Acelino Roberto Ferreira	Barro Preto	Fazenda Quitandinha	104.649,66	1.444.059,83	1.548.709,49
4	Afrânio Pereira Martins		Fazenda Água Clara	Vistoria não realizada	Vistoria não realizada	—
5	Agropecuária Anco Iris LTDA (Leonel Lemos da Souza Brito)	Buriti	Fazenda Lindóia	1.290.935,35	5.618.591,41	6.909.526,76
6	Agropecuária Serrote LTDA (Alcides Lemos de Brito Curada)	Quebra Coco	Fazenda São Sebastião da Serra	1.571.395,81	8.120.506,33	9.691.902,14
7	Arl Basso		Fazenda Cascata	Vistoria não realizada	Vistoria não realizada	—
8	Cirene Ribeiro da Costa Vanni	Barro Preto	Fazenda Cambará	1.626.668,99	7.737.047,12	9.363.716,11
9	Cristina Corêa Machado e Delosanto Machado	Cabeceira do Arrozal	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	68.520,17	1.701.596,42	1.770.116,59
10	Dário João Straub	Estrada Sidrolândia/Nioaque	Fazenda São Sebastião	Sem benfeitorias	—	—
11	Espólio de Justina Corrêa Ribeiro	Cabeceira do Arrozal	Fazenda Recanto Sabiá	155.439,14	1.388.947,95	1.544.387,09
12	Espólio de Sanite Kogawa (Irajá Kenite Brum Kogawa)	Cabeceira do Arrozal	Sítio Santa Rosa	260.962,55	967.978,62	1.243.941,37
13	Fernando Antônio Tacca de Andrade	Barro Preto	Ibiaré do Barro Preto	60.445,84	365.580,94	435.976,88
14	Genildo Correia da Silva		Fazenda Fuma Estrela	Vistoria não realizada	Vistoria não realizada	—
15	Gianfranco Rossi	Região do Buriti	Fazenda Flórida	203.263,66	1.576.502,73	1.779.766,39
16	Helena Brito Bacchi de Araújo	Barro Preto	Fazenda Santa Clara	564.559,36	5.350.142,45	5.914.701,81
17	Hermínio Pitts e João Roberto Pitts	Cabeceira do Arrozal	Sítio São José	1.757,31	75.370,46	77.127,77

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 03 / 2014

Brasília, 09 de janeiro de 2014.

TERRA INDÍGENA BURITI – AVALIAÇÃO DE BENFEITORIAS E TERRA NUA						
Nº	Nome	Localidade	Denominação	Avaliação Benfeitorias (R\$)	Avaliação Terra Nua (R\$)	Total (R\$)
18	Hemínio Pitão, João Roberto Pitão, Antônio Benatti Pitão, e Aparecida Maria Pitão Alves	Cabeceira do Arrozal	Sítio São José	4.869,93	222.963,46	227.833,39
19	Jorgina Corrêa Moura e Sérgio de Albuquerque Moura	Cabeceira do Arrozal	Fazenda São Sebastião	222.734,37	1.732.224,75	1.954.959,12
20	Leda Correia Fagundes Palmieri	Barro Preto	Fazenda Vassoura	677.481,96	3.269.796,85	3.947.278,81
21	Maria Lourdes Lopes Bacha (Espólio de Munier Bacha)	Buriti	Fazenda Querência São José	480.863,45	1.926.284,09	2.407.147,54
22	Moacir Francisco Franco	Barro Preto	Sítio Santo Antônio	143.275,72	379.214,06	522.489,78
23	Nelson Garcia de Freitas	Barro Preto	Fazenda Floresta da Serra	604.290,69	3.677.494,31	3.681.785,53
24	Ricardo Augusto Bacha	Barro Preto	Fazenda Buriti	594.487,81	2.102.044,43	2.696.532,24
25	Ricardo Augusto Bacha	Buriti	Fazenda São José	531.528,85	2.127.564,04	2.359.092,89
26	Roberto Rachid Bacha (Gracinda Bernardo Bacha)	Barro Preto	Fazenda 3R	620.610,88	1.872.011,21	2.592.622,09
27	Rosana Coutinho Garabini	Barro Preto	Fazenda Águas Doce	430.170,47	3.610.093,02	4.340.263,49
28	Sandra Coutinho Curado	Barro Preto	Fazenda Bom Jesus	190.749,04	3.136.564,70	3.327.413,74
29	Valéria Aparecida Barbosa França (Zilmar Fortunato)	Buriti	Fazenda Alegria	232.934,89	1.666.715,03	1.399.649,92
30	Waldemar Marques Rosa	Cabeceira do Arrozal	Fazenda Buriti (Arrozal)	423.994,11	3.100.995,50	3.524.989,61
				11.477.133,75	67.106.581,37	78.583.715,12

Surpreendente! "Inquérito sobre morte de indígena em fazenda é inconclusivo, diz PF em MS"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.01.2014

Terena morreu durante confronto em reintegração de posse em Sidrolândia. Investigação apurou morte de índio e tentativa de homicídio contra policiais.

G1 MS



Indígenas e policiais em confronto na reintegração de posse na fazenda Buriti
(Foto – Tatiane Queiroz – G1 MS)

O inquérito que apurou a morte do índio terena Oziel Gabriel, 36 anos, durante reintegração de posse [sic] da fazenda Buriti, em Sidrolândia (MS), foi inconclusivo, conforme afirmou ao G1, nesta quarta-feira (8), o superintendente da Polícia Federal (PF) no estado, Edgar Marcon. Gabriel morreu no dia 30 de maio de 2013 em confronto entre indígenas e policiais.

As investigações terminaram em dezembro de 2013. Marcon disse que o inquérito foi instaurado para apurar a morte do terena e a tentativa de homicídio contra os policiais [sic]. Nos dois casos, de acordo com o superintendente da PF, não foi possível apurar a autoria e materialidade do crime.

"O relatório foi inconclusivo tendo em vista que não foi localizado o projétil. Dessa forma, não tem como apurar de qual arma partiu o disparo, nem do indígena e nem das ações contra o policial", garantiu.

Conforme Marcon, durante as investigações foram colhidos depoimentos de cerca de 70 pessoas, entre indígenas, policiais e jornalistas, além de laudos técnicos de perícias. O superintendente da PF destacou ainda que o inquérito e o relatório foram encaminhados à Justiça, que encaminhou ao Ministério Público Federal (MPF) no estado.

CONT.



A assessoria do MPF disse ao G1 que o inquérito foi recebido no dia 17 de dezembro, mas devido ao recesso, será analisado a partir de janeiro pela procuradora da República Vanessa Camy. Conforme o órgão, o documento é extenso e não há prazo para conclusão do trabalho. Após a análise, o MPF pode oferecer denúncia à Justiça ou pedir novas diligências.

Confronto

Os terena ocuparam [sic] a área no dia 15 de maio de 2013 e se recusaram a deixar a área. Segundo a PF, durante a reintegração de posse, eles reagiram com armas de fogo [sic] .

Policiais militares da antiga Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais (Cigcoe) usaram balas de borracha e bombas de efeito moral para controlar e retirar os indígenas, que estavam armados com lanças e pedras. [sic] [sic] [sic]

Em entrevista ao G1 no dia 30 de maio, lideranças indígenas disseram que foram surpreendidos pelas equipes da polícia. Já a PF disse que tentou negociar a saída dos terena antes da reintegração.

Briga judicial

A Terra Indígena Buriti foi reconhecida em 2010 pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos índios da etnia terena. A área, localizada entre Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, foi delimitada em portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) e abrange 17.200 hectares.

Após a declaração, o processo segue para a Casa Civil, para a homologação da presidência da República, o que ainda não foi feito. Durante nove anos, as comunidades indígenas aguardaram a expedição da portaria declaratória. O relatório de identificação da área foi aprovado em 2001 pela presidência da Funai, mas decisões judiciais suspenderam o curso do procedimento demarcatório.

Em 2004, a Justiça Federal declarou, em primeira instância, que as terras pertenciam aos produtores rurais. A Funai e o Ministério Público Federal recorreram e, em 2006, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) modificou a primeira decisão e declarou a área como de ocupação tradicional indígena.

No entanto, os produtores rurais [sic] entraram com recurso de embargos de infringentes e conseguiram decisão favorável em junho de 2012.

Na terça-feira (7), o Ministério da Justiça avaliou em R\$ 80 milhões os 15 mil hectares que formam a Terra Indígena Buriti. O governo pretende indenizar os 30 proprietários de fazendas da região, que serão desapropriadas [sic] em favor dos indígenas.



Índios jiahui devem voltar a viver em isolamento

SÍTIO A TARDE, 08.01.2014

Os índios da etnia jiahui estão se preparando para voltar a viver em isolamento completo, na terra indígena Tenharim Marmelos, em Humaitá, sul do Amazonas. Vítimas indiretas da revolta dos brancos, já que são apenas vizinhos dos tenharins, em cuja reserva três homens desapareceram, eles já voltaram a se alimentar da caça, pesca e produtos da floresta, como antigamente. "Nosso povo não tem nada com isso (o desaparecimento dos três amigos), mas os brancos não distinguem os índios pela etnia e considera índio tudo igual", disse o líder Luiz Sérgio Jiahui.

Ele contou que a aldeia do seu povo também foi atacada quando moradores de Santo Antonio do Matupi queimaram os pedágios, no final de dezembro. Crianças e idosos que fugiram para o mato, não quiseram voltar para as casas na aldeia, obrigando os adultos a acompanhá-los. Como a Fundação Nacional do Índio (Funai) também interrompeu a assistência após suas instalações terem sido destruídas, eles passaram a viver de modo tradicional, segundo o líder dos jiahuis. "Nosso povo caça porcos do mato e macacos para comer. Usa também óleo de tucumã com macaxeira e frutos da floresta, como o bongo e a maçã do mato." A pesca voltou a ser praticada com o uso de lanças e flechas.

Os índios socializados, como o próprio Luiz Sérgio, são os que mais sofrem com o isolamento decorrente do conflito. Ele cursa engenharia ambiental na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e teme não poder voltar às aulas. Ele conta que, ao todo, 45 índios universitários estudam em Humaitá, sendo 15 na Ufam e 30 na Universidade Estadual do Estado Amazonas (UEA). "O que mais preocupa é ter de interromper os estudos por uma situação com a qual não temos nada a ver", disse. Na segunda-feira, os índios pediram ao Exército garantia para os estudantes. O pedido foi encaminhado à Funai e aos Ministérios da Educação e da Defesa.

Manifesto pede fim de pedágio cobrado por índios no Sul do AM

SÍTIO G1 AMAZONAS, 08.01.2014

*Taxa foi suspensa após protestos que destruíram instalações indígenas.
Após conflitos, cobrança do pedágio voltou a ser criticada na região.*



Posto de pedágio indígena do KM-135 da Transamazônica queimado pela população no dia 27 de dezembro (Foto: Larissa Matarésio/G1 AM)

Moradores de cidades do Sul do Amazonas organizam um manifesto para reivindicar o fim da taxa de pedágios cobrada por índios na BR-230 (Rodovia Transamazônica). A região, localizada nas proximidades da reserva Tenharim Marmelos, registrou protestos violentos após o desaparecimento de homens na área e a cobrança do pedágio voltou a ser criticada.

O manifesto, que conta com o apoio do Sindicato Rural do Sul do Amazonas (Sindisul) ligado à Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas (Faea), pretende coletar assinaturas de moradores e fazendeiros das cidades de Humaitá, Apuí e Manicoré, regiões de conflito. Até a manhã desta quarta-feira (8), 2.500 assinaturas haviam sido contabilizadas pelo Sindicato Rural. A coleta iniciou há dez dias na região e a meta é alcançar 10 mil assinaturas.

Nesta quarta-feira (8), o Sindisul montou um posto de coleta na Avenida Mário Andreazza, em Apuí, que funcionará durante dois dias. Também estão sendo coletadas assinaturas nos outros municípios. O documento final será entregue à Faea, que encaminhará aos órgãos competentes.

Cobrança suspensa

CONT.



A cobrança do pedágio foi suspensa em dezembro do ano passado, após indígenas firmarem acordo com as autoridades policiais que estão na região do conflito. A decisão ocorreu depois que madeireiros e fazendeiros atearam fogo em instalações dos Tenharim. Um posto de cobrança chegou a ser destruído durante os conflitos.

No entanto, lideranças indígenas afirmaram, na segunda-feira (6), durante visita da comitiva do Comando-geral do Exército na Amazônia, que o pedágio mantido desde 2006 na reserva voltará a ser cobrado. Os índios alegam que a taxa de passagem pela Transamazônica, que corta a comunidade indígena, é "uma compensação por uso de terra indígena" e uma das únicas formas de sustento da aldeia Marmelos.

Conflitos

A região onde a reserva Tenharim está localizada é palco de conflitos desde o dia 25 de dezembro, após o desaparecimento de três pessoas. Luciano Freire, Aldeney Salvador e Stef Pinheiro sumiram desde o dia 16 de dezembro.

No último dia 27 de dezembro, um grupo de não-índios ateou fogo em uma área de pedágio e casas de apoio localizadas em uma aldeia indígena. Após o início dos conflitos, 143 indígenas foram abrigados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Humaitá. A Justiça determinou que o governo federal deve proteger os índios da reserva dos Tenharim.



Não há omissão na garantia de segurança aos índios tenharim, diz Funai
SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 09.01.2014

O clima entre os índios tenharim e a população de Humaitá é tenso devido ao desaparecimento de três homens, vistos pela última vez no dia 16 de dezembro.

Mariana Branco*
Repórter da Agência Brasil

Brasília – A Fundação Nacional do Índio (Funai) diz que não há omissão na garantia de segurança aos índios da etnia Tenharim, na região de Humaitá, sul do Amazonas. No dia 28 de dezembro, a Justiça Federal concedeu liminar determinando que tanto a entidade quanto a União elaborassem um plano para garantir a integridade física dos indígenas. A Justiça determinou ainda envio de cópia do processo à Organização dos Estados Americanos (OEA), para avaliação de possível violação de direitos. A Funai chegou a pedir reconsideração da decisão, mas esta foi mantida. Em nota divulgada nesta quarta-feira (8), a autarquia informa que tem atuado para manter a segurança, mas que seu trabalho é de mediação.

“É necessário esclarecer que, neste momento, cabe à Funai atuar como mediadora no diálogo entre os indígenas e as forças de segurança, sendo de responsabilidade da polícia a investigação das denúncias e crimes ocorridos. Neste sentido, a presidência da fundação encaminhou servidores para o município de Humaitá, com o objetivo de reforçar as equipes para colaborar nos trabalhos”, destaca o comunicado.

A fundação diz ainda que já foi feito o traslado de volta às aldeias dos 140 índios que estavam abrigados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva de Humaitá, uma outra determinação da liminar, com a escolta de forças de segurança, com as quais mantém “constante articulação”.

A Funai informou que está em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena, vinculada ao Ministério da Saúde, e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para o envio de medicamentos e cestas básicas aos índios. Segundo a Funai, a entrega dos alimentos deve ocorrer ainda nesta semana, pois a Conab tem estoques disponíveis e o envio depende apenas de logística. A Funai informou ainda que iniciou um processo paralelo de compra emergencial de comida para atender à demanda da região.

A Agência Brasil também entrou em contato com o Ministério da Saúde, para saber que providências a Secretaria Especial de Saúde Indígena está tomando para garantir atendimento e medicamentos ao povo Tenharim. O órgão respondeu, por meio de nota, que “o Ministério da Saúde tem equipe multidisciplinar [...] pronta para prestar atendimento ao povo indígena Tenharim. Tão logo seja possível prestar o atendimento em segurança, o serviço de saúde será totalmente restabelecido”.

CONT.



terça-feira (7), a 1ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas da Justiça Federal informou que o envio do processo relativo ao povo Tenharim à OEA seria imediato e deveria ocorrer até o fim da semana. Nesta quarta-feira, a 1ª Vara informou que, pelo fato de a ação ter sido iniciada quando a Justiça estava em regime de plantão, as partes devem ser intimadas novamente e terão prazo de 15 dias para contestação. Somente após a Funai e a União se defenderem é que ocorrerá o encaminhamento.

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou ontem ter comunicado à Justiça, após a expedição da liminar, as providências tomadas para garantir a segurança dos indígenas.

O clima entre os índios tenharim e a população de Humaitá é tenso devido ao desaparecimento de três homens, vistos pela última vez no dia 16 de dezembro, quando passavam de carro no km 85 da Rodovia Transamazônica. Moradores acusam os índios de terem sequestrado os homens em represália à morte do cacique Ivan Tenharim. A polícia instaurou inquérito para apurar os desaparecimentos.

Órgãos públicos avaliam área para índios

SÍTIO JORNAL A HORA, 09.01.2014

Terreno da Polícia Civil vira alternativa para venda de artesanatos no Centro



Lajeado - A administração municipal se reúne hoje com representantes do Judiciário para discutir a situação dos caingangues que, desde dezembro, se instalaram às margens da ERS-130 para venda de artesanato. Índios da tribo Foxá reivindicam uma área central para comercializarem os produtos fabricados por eles. Terreno da Polícia Civil é avaliado.

Os índios cobram uma promessa da administração municipal, feita em 2007. Naquela mesma época, eles foram realocados das margens da ERS-130 para uma área

localizada entre os bairros Santo Antônio e Jardim do Cedro. O compromisso firmado com o Executivo previa a construção de quiosque na área central, e foi condição para a saída da tribo da rodovia.

Em outubro de 2013, poder público e líderes da tribo se reuniram pela primeira vez para debaterem o assunto. Foi discutida a possibilidade da construção do quiosque no Parque Professor Theobaldo Dick. No entanto, a legislação municipal proíbe novas obras naquele local.

Foi debatida a utilização de uma área junto à Feira do Produtor. A especulação foi rechaçada pelos produtores que usam o local. Eles foram convidados para participar da reunião de hoje. Alguns vereadores também se apresentaram opostos a essa ideia. O secretário de Agricultura, Ricardo Giovanella, considera inviável a construção do quiosque naquele terreno.

Uma área localizada na av. Décio Martins Costa foi cogitada. No entanto, por se tratar de área alagadiça, o poder público deve descartar a possibilidade. Além disso, o pouco movimento do local não agrada aos indígenas.

A administração municipal aguarda agora pelo aval do Governo do Estado. Existe a possibilidade de utilizar parte do terreno da Polícia Civil para construção da tenda indígena. A área, localizada na esquina das ruas João Abott e Santos Filho, fica em frente à Feira do Produtor. Há recurso disponível para a obra.

"Se o Estado sinalizar que é possível, a solução desse entrave estará próxima", avalia o secretário de Governo, Auri Heisser. Ele critica a resistência de alguns produtores, e garante

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 03 / 2014

Brasília, 09 de janeiro de 2014.

que a área da feira é ideal para receber o quiosque dos índios. No local, o Executivo prevê cerca de isolamento e banheiro próprio para a tribo.

EGR não se posiciona

A tenda instalada às margens da ERS-130, próxima à entrada do bairro Montanha, atrapalha o trânsito. Parte do material exposta pelos índios cobre uma das placas instaladas na rodovia. Além disso, motoristas que realizam compras no local acabam utilizando o acostamento para estacionarem os veículos.

A faixa de domínio da rodovia é de 30 metros. Nesse perímetro, nenhuma estrutura pode ser construída. Quando os índios invadiram o local, o presidente da EGR, Luiz Carlos Bertotto, condenou a atitude. Ontem, a estatal não se posicionou sobre o tema. Além dos indígenas, outros comerciantes autônomos costumam utilizar a área para expor produtos.

No local até 2007

A maioria dos índios chegou a Lajeado oriunda de Nonoai, próximo à divisa com Santa Catarina. Em outubro de 2007, após negociação com o poder público, a tribo deixou a margem da rodovia. Uma pequena aldeia foi construída com recursos municipais, próximo a outro trecho da ERS-130, em frente à Arena Alvi Azul.

No local, uma tenda para comércio de produtos foi disponibilizada para os índios às margens da rodovia. Mas eles reclamam do pouco movimento, e exigem uma área no centro da cidade. Na aldeia, as escassas visitas da Funai evidenciam as más condições sanitárias em que vivem as 23 famílias indígenas.



Índios ameaçam invasão e conflito pode estourar

SÍTIO SUL NEWS, 09.01.2014

LIDIANA KOBER

Cerca de 20 produtores rurais, da região de Morraria do Sul, no município de Bodoquena, acusam índios de ameaçá-los para deixarem as propriedades, caso contrário, prometem invadir as terras no dia 10 de janeiro. Os produtores, por sua vez, se recusam a sair das casas e levaram o caso à polícia.

Segundo o vereador Edinho Carvalho, que tem uma chácara de 33 hectares na região, as ameaças começaram no início de dezembro do ano passado. Preocupado, o produtor rural Assis de Souza Ferreira registrou, dia 30 do último mês, B.O. (Boletim de Ocorrência), comunicando a ameaça à polícia.

Na denúncia, ele informou que cinco índios foram, no dia 11 de dezembro, à sua propriedade e deram 30 dias para a família deixar a área. Os indígenas da reserva Kadiwéus, localizada na divisa de Porto Murtinho com Bodoquena, alegam que medição feita 1982 atesta que a área é deles.

"Eles não tem nenhum documento provando que a terra é indígena", rebateu o vereador. Segundo ele, a área é ocupada por pequenos produtores, com propriedades de 30 a 40 hectares. "As famílias usam do local para sobrevivência, plantando arroz, feijão e criando gado", completou.

Edinho disse ainda que a decisão das famílias é resistir até o final. "Já foram feitas várias ameaças aos produtores, inclusive, com data da invasão, marcada para o próximo dia 10, mas os produtores estão se preparando para resistir e podem ocorrer mortes no local", alertou.

Fonte: Campo Grande News

Guaíra – Tensão entre índios e produtores pode ter fim
SÍTIO PORTAL GUAÍRA, 09.01.2014



O Município de Guaíra realizou na manhã de terça-feira (7) um encontro entre lideranças de importantes órgãos governamentais para discutir alguns projetos de interesse social.

A reunião agendada pelo prefeito Fabian Vendruscolo aconteceu na Sala de Reuniões do Paço Municipal e contou com as presenças do diretor geral de Itaipu, Jorge Samek, do diretor de coordenação da Itaipu, Nelton Friedrich, da secretária estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, do presidente da Cohapar, Mounir Chaowiche, representantes da Caixa Econômica Federal e dos procuradores da República, Lucas Bertinato Maron e Henrique Gentil Oliveira, entre outras lideranças.

Durante o encontro, foram discutidas políticas públicas que deverão contribuir para o apaziguamento da tensão envolvendo a chamada causa indígena, integrando políticas governamentais que já estão garantidas ao município.

Uma das medidas propõe destinar 88 casas para indígenas da zona urbana (Tekohá Porã e Tekohá Mirim). A proposta foi anunciada pela secretária Maria Tereza Uille Gomes, que inclusive sugeriu que as casas sejam edificadas no entorno do centro de integração social e cadeia, obras que serão realizadas neste ano de 2014 nas proximidades do Jardim Internacional/Vila Alta.

A secretária também disse que no projeto, realizado em parceria com a Cohapar, também está prevista a construção de uma escola.

CONT.



Outra novidade é que os indígenas da Tekohá Mirim deverão ser assentados numa área da Itaipu e numa outra que deverá ser adquirida para fins de aldeamento. A articulação desse processo contará com a intervenção do Ministério Público Federal, Itaipu, Cohapar e Município de Guaíra. A medida visa colocar um fim na ocupação de áreas privadas.

Habitação

Durante o encontro, também foram anunciadas as tratativas para aquisição de 200 novas unidades habitacionais que deverão ser edificadas no Jardim Internacional, na área conhecida como chácara do senhor Patrício. A proposta visa a diminuição do déficit habitacional do município. As famílias beneficiadas serão filtradas a partir do cadastro realizado pela coordenadoria de Habitação no ano passado. "Estamos em busca de mais moradias, pois sabemos que muitos guairenses estão ainda em busca da casa própria. Nosso compromisso é com as famílias que mais precisam e vamos tentar buscar o maior número possível de unidades habitacionais junto aos programas governamentais", afirmou o prefeito.

Obras

A ordem de serviço para começar as obras que vão aumentar o número de vagas do sistema penitenciário do Paraná será lançada até 20 de janeiro de 2014. Em Guaíra, duas obras vão acontecer. Uma delas é a construção da Cadeia Pública, com 382 vagas, ao preço de R\$ 8,2 milhões, sendo que o máximo era de R\$ 9,5 milhões. A outra obra é a construção do Centro de Integração Social na cidade, com investimento de R\$ 3,9 milhões, sendo que o valor mais alto era de R\$ 4,6 milhões.

Toda a parte que cabia ao governo municipal já foi entregue. O alvará de licença foi entregue ontem e agora cabe apenas o trâmite por parte do governo do estado para que as edificações sejam iniciadas.

'Não há omissão na garantia de segurança aos índios Tenharim do Amazonas', garante Funai

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 09.01.2014

Justiça determinou envio de cópia do processo à Organização dos Estados Americanos para avaliação de violação de direitos



Clima entre os índios Tenharim e a população de Humaitá é tenso devido ao desaparecimento de três homens, no dia 16 de dezembro, quando passavam de carro no km 85 da Rodovia Transamazônica. Foto: Paulo Paixão/Amazon Sat

HUMAITÁ – A Fundação Nacional do Índio (Funai) diz que não há omissão na garantia de segurança aos indígenas da etnia Tenharim, na região de Humaitá, sul do Amazonas. No dia 28 de dezembro, a Justiça Federal concedeu liminar determinando que tanto a entidade quanto a União elaborassem um plano para garantir a integridade física dos indígenas. A Justiça determinou ainda envio de cópia do processo à Organização dos Estados Americanos (OEA), para avaliação de possível violação de direitos.

A Funai chegou a pedir reconsideração da decisão, mas esta foi mantida. Em nota divulgada nesta quarta-feira (8), a autarquia informa que tem atuado para manter a segurança, mas que seu trabalho é de mediação. “É necessário esclarecer que, neste momento, cabe à Funai atuar como mediadora no diálogo entre os indígenas e as forças de segurança, sendo de responsabilidade da polícia a investigação das denúncias e crimes ocorridos. Neste sentido, a presidência da fundação encaminhou servidores para o município de Humaitá, com o objetivo de reforçar as equipes para colaborar nos trabalhos”, destaca o comunicado.

CONT.



A fundação diz ainda que já foi feito o traslado de volta às aldeias dos 140 índios que estavam abrigados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva de Humaitá, uma outra determinação da liminar, com a escolta de forças de segurança, com as quais mantém “constante articulação”.

A Funai informou que está em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena, vinculada ao Ministério da Saúde, e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para o envio de medicamentos e cestas básicas aos índios. Segundo a Funai, a entrega dos alimentos deve ocorrer ainda nesta semana, pois a Conab tem estoques disponíveis e o envio depende apenas de logística. A Funai informou ainda que iniciou um processo paralelo de compra emergencial de comida para atender à demanda da região.

A Agência Brasil também entrou em contato com o Ministério da Saúde, para saber que providências a Secretaria Especial de Saúde Indígena está tomando para garantir atendimento e medicamentos ao povo Tenharim. O órgão respondeu, por meio de nota, que “o Ministério da Saúde tem equipe multidisciplinar [...] pronta para prestar atendimento ao povo indígena Tenharim. Tão logo seja possível prestar o atendimento em segurança, o serviço de saúde será totalmente restabelecido”.

Na terça-feira (7), a 1ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas da Justiça Federal informou que o envio do processo relativo ao povo Tenharim à OEA seria imediato e deveria ocorrer até o fim da semana. Nesta quarta-feira (8), a 1ª Vara informou que, pelo fato de a ação ter sido iniciada quando a Justiça estava em regime de plantão, as partes devem ser intimadas novamente e terão prazo de 15 dias para contestação. Somente após a Funai e a União se defenderem é que ocorrerá o encaminhamento.

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou na terça-feira (8) ter comunicado à Justiça, após a expedição da liminar, as providências tomadas para garantir a segurança dos indígenas.

Desaparecidos

O clima entre os índios tenharim e a população de Humaitá é tenso devido ao desaparecimento de três homens, vistos pela última vez no dia 16 de dezembro, quando passavam de carro no km 85 da Rodovia Transamazônica. Moradores acusam os índios de terem sequestrado os homens em represália à morte do cacique Ivan Tenharim. A polícia instaurou inquérito para apurar os desaparecimentos.



Famílias e tribos indígenas continuam a ocupar terreno particular na Vargem Pequena
SÍTIO FLORIPA MANHÃ, 09.01.2014

Uma liminar assinada pelo juiz Fernando Vieira Luz, da 2ª Vara Cível da Justiça de Santa Catarina, deu o prazo de 15 dias para que as mais de 60 famílias que ocupam um terreno particular às margens da SC-401, na Vargem Pequena (Norte da Ilha), saíssem do local. A reintegração de posse à empresa Florianópolis Golf Clube Ltda., do ex-deputado estadual Artêmio Paludo, deveria ser realizada até o dia 6 de janeiro. No entanto, a liminar foi suspensa, segundo informações apuradas pelo major Reus, da Polícia Militar. O Notícias do Dia não conseguiu conversar com o juiz.

De acordo com Robson Ceron, advogado de movimentos populares, durante a ocupação a vinda de uma tribo de 50 famílias indígenas kainkang fez com que o quadro se alterasse. A responsabilidade do julgamento no caso dos índios passa pela Justiça Federal.

“Creio que o juiz mandou segurar um pouco, por causa desta questão, mas até sexta-feira esperamos uma decisão”, diz Ceron, que entrou com um recurso agravo pedindo a suspensão permanente da liminar, para que as famílias possam usufruir da terra que ocuparam. “Temos diversos elementos favoráveis às famílias. É um terreno que há mais de 20 anos não desempenha função social. Os ocupantes têm a intenção de produzir nesta terra. A ideia é de que a produção agrícola abasteça inclusive todo o Norte da Ilha”, completa o advogado.

Durante esta semana, a Polícia Militar fez uma ronda no local, mas não tomou nenhuma atitude contra os ocupantes. Ontem, uma bomba jogada na guarita do terreno por um veículo Golf de cor prata preocupou os invasores. Um boletim de ocorrência foi registrado.



Funai confirma exploração ilegal de madeira em terras awá-guajá, no Amazonas
SÍTIO AGRO OLHAR, 09.01.2014

A Força Tarefa que irá retirar os não-índios da reserva awá-guajá, no sudoeste do Maranhão, encontrou provas de exploração ilegal de madeira. As notificações de despejo da área ainda não começaram.

Um monitoramento feito pelo Inpe revela que cerca de 30% da reserva, o equivalente a 40 mil hectares de Mata Amazônica, foram devastados pondo em risco a sobrevivência dos awá-guajás, uma das últimas tribos nômades da Amazônia e, segundo organismos internacionais, uma das mais ameaçadas do planeta.

Os awá-guajás vivem da coleta de produtos da floresta e da caça. Quando um animal é abatido para o consumo, as mulheres assumem o papel de mães da floresta e criam os filhotes órfãos.

A tribo vive sob ameaça dos invasores. A Funai confirma que a ação dos madeireiros tem espantado a caça e provocado a escassez de alimentos na selva.

No mesmo processo que obriga a União a barrar o corte de madeira e a extração de minério na terra dos índios, a Justiça Federal determina a saída de fazendeiros e posseiros da reserva indígena.

Tropas do Exército e da Força Nacional de Segurança aguardam a chegada dos oficiais de Justiça para dar apoio à entrega das notificações, mas ainda não há prazo estabelecido para que isso aconteça.

Além de determinar a saída das famílias, a Justiça Federal decidiu anular todos os títulos de domínios concedidos aos não-índios que se encontram na reserva.



Exército reforça busca dos corpos dos três homens sequestrados pelos índios

SÍTIO TRIBUNA DA INTERNET, 09.01.2014

José Maria Tomazela
Agência Estado

Soldados especializados em operações na selva reforçaram na quarta-feira, 8, as equipes de busca pelos desaparecidos na reserva indígena Tenharim Marmelos, em Humaitá, sul do Amazonas. Nas incursões na floresta, agentes da Polícia Federal estão sendo orientados pelos especialistas para facilitar o deslocamento em áreas de difícil acesso. Os militares são procedentes de outros batalhões de selva do Exército na Amazônia e chegaram para se integrar a equipe do 54º Batalhão de Humaitá que já estava acompanhando as buscas.

O professor Stef Pinheiro de Souza, de 43 anos, o técnico Aldeney Ribeiro Salvador, de 40, e o representante comercial Luciano Ferreira Freire, de 30, desapareceram no dia 16 de dezembro quando seguiam de carro pela Transamazônica e passavam pela reserva. Familiares acreditam que eles foram mortos pelos índios, o que gerou uma revolta na região e a destruição de instalações indígenas. Tropas do Exército ocuparam a Transamazônica no final de dezembro, em apoio ao trabalho da Polícia Federal, que investiga o desaparecimento.

Na terça-feira, familiares das supostas vítimas pediram ao general Eduardo Villas Bôas, comandante militar da Amazônia, que pusesse as forças especiais do Exército, com treinamento para combate na selva, para auxiliar nas buscas. De acordo com o general, os soldados vão ajudar os agentes da PF, a quem cabe o trabalho de investigação, a se locomover na floresta. "Essa entrada na selva não é em massa, é uma entrada para procurar sinais específicos, e nossos homens orientam os agentes, a quem cabe descobrir indícios", explicou.

PEÇAS DO CARRO

As buscas se concentram na área do Igarapé Preto, onde foram encontradas partes de um carro queimado – supostamente o automóvel Gol 2010/2011 usado pelos desaparecidos. As peças do carro, um farol e pedaços de chassi, e alguns objetos, como uma caixa de remédios e uma garrafa plástica, encontrados no local foram encaminhados para perícia, mas até a tarde desta quarta-feira os laudos não tinham ficado prontos. De acordo com o delegado Alexandre Alves, há um esforço para antecipar o resultado da perícia, geralmente realizada num prazo de dez dias, tendo em vista a necessidade de dar uma resposta às famílias dos desaparecidos, mas existem protocolos que precisam ser observados.

Alves esteve em Porto Velho (RO), onde a parte mais técnica das perícias é realizada. O advogado das famílias, Carlos Terrinha, voltou a lamentar a falta de resultados. "Os familiares estão sem informações e numa angústia que já passou do limite." A esposa de Stef, Erisneia Santos Azevedo, de 36 anos, disse que ela e as outras esposas já não acreditam na possibilidade de seus maridos estarem vivos. "Já são 24 dias e o que esperamos agora é pelo menos ter um corpo para enterrar", afirmou, nesta quarta-feira.

CONT.



###

NOTA DA REDAÇÃO DO BLOG – A situação é constrangedora. Os índios são todos aculturados, moram em casas de madeira, com energia elétrica e acesso à internet. Ou seja, não podem ser considerados inimputáveis e respondem a processo como qualquer cidadão, por serem capazes de perceber o que é certo ou errado. Diante da atitude de um funcionário da Funai, que divulgou no site da entidade um boato de que o cacique Ivan Tenharim não morreu na queda da moto, mas teria sido assassinado, os índios se vingaram, sequestrando três homens que viajavam na Transamazônica. Um soldado da PM passou na estrada e viu os índios escondendo o carro Gol preto. Os três homens estão sumidos há quase um mês e nem seus corpos foram encontrados. Esta é a situação atual. A equipe de busca (Polícia Federal, PM e Exército) pode até achar os corpos. Mas os assassinos ficarão impunes. Se não forem apontados pelos próprios índios, jamais se fará justiça. E o pior é que as lideranças indígenas já anunciaram que vão reabrir o pedágio ilegal na rodovia, e isso significa que tão cedo não haverá paz naquela região do país. (C. N.)

"Confira o impressionante diálogo do Cacique Aurélio Tenharim com o Comandante Militar da Amazônia"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.01.2014



Reunião das lideranças indígenas com o Exército (Foto: Larissa Matarésio/G1 AM)

"Nós somos pacíficos, queremos diálogo com o governo. General, essas crianças que estão aí, como é que vamos garantir a vida delas? O governo não oferece nenhum projeto. O indigenismo está defasado, combatido pelo ruralista. Espero que Deus mande a cada um de vocês inteligência e sabedoria para dialogar com a gente. Somos um povo indígena que ninguém olha por nós. A sociedade está olhando para nós como bandidos e assassinos. Vocês sentiram algum clima ruim aqui no nosso meio? É isso que nós somos. Obrigado, que Deus abençoe".

Por José Maria Tomazela, no Estadão/Tribuna da Internet

HUMAITÁ (AM) – O debate do general Eduardo Villas Bôas, comandante militar da Amazônia, com o cacique Aurélio Tenharim surpreendeu a comitiva de militares e autoridades que viajou até a reserva indígena Tenharim Marmelos, segunda-feira (7), em Humaitá, sul do Amazonas.

O grupo, integrado também pelo general Ubiratan Poty, da 17ª Brigada de Porto Velho, viajou para negociar com os índios a pacificação – e pedir o fim do pedágio na Transamazônica, uma das causas do conflito, além do desaparecimento de três homens na rodovia, ainda não esclarecido. O embate mostrou, de um lado, a capacidade de negociador do general e, do outro, a riqueza de argumentos do índio na defesa de uma atividade, até agora, ilegal.

GENERAL VILLAS BÔAS – Conheço a história do povo tenharim. O povo de vocês vive numa área em que sofreram com a construção de rodovias, muito rica em minério, tem garimpo de ouro, diamante e cassiterita, e não há dúvida do sofrimento que esse processo trouxe para o povo tenharim. Mas a questão é a seguinte: a cobrança do pedágio não vai resgatar isso, nem trazer de volta as crianças que morreram.

Acho que o pedágio, se continuar como está, vai sim continuar colocando em risco as crianças e o seu povo. Não digo que não merecem a compensação, mas isso terá de ser feito de acordo com a lei e o pedágio não está de acordo com a lei. É uma rodovia federal e é garantia das pessoas que trafegam nela.

CONT.



Acho que para a gente pacificar aqui é importante parar com a cobrança. Sabemos que o pedágio é importante para vocês, talvez a única renda que vocês têm aqui. Talvez pudéssemos desenvolver atividades produtivas para vocês terem outra fonte de renda. Vamos discutir para que a gente possa levar essas idéias para Brasília. Acho importante que vocês tenham essa motivação: vamos parar com o pedágio e levantar outros projetos para dar sustentação às comunidades. Só assim a gente vai pacificar. Sei que é uma questão sensível, mas peço que pensem nisso.

CACIQUE TENHARIM – A gente não fala de pedágio, fala de cobrança de compensação. Ela nunca vai pagar a dívida. Nós éramos 30 mil tenharins, hoje somos 800. Os jiahoy foram quase extintos. Claro que o povo tenharim tem deixado aberto para negociar com os governantes. Esperamos quatro anos para sentar na mesa de negociação, mas nenhum órgão se manifestou. Ninguém levou a sério essa cobrança de compensação da parte do governo.

A Transamazônica tem história de massacre, de estupro de nossas índias, escravos, violação de direitos. Quem vai pagar isso? Essa compensação não está só na fala, está no Ministério Público Federal que tem esse relatório detalhadamente. As autoridades aqui presentes precisam ver o relatório levantado por antropólogos e biólogos.

O governo não teve diálogo com a gente e agora vem com a Polícia Federal, então abrimos o diálogo, mas o pedágio continua. O povo tenharim e o povo jiahoy já decretaram que o pedágio vai continuar independente de algumas pessoas estarem descontentes. O senhor veio aqui, general, é nós abrimos o diálogo, mas enquanto isso vai ter cobrança.

Já temos até a data, dia 10 começa a reconstrução da casinha e dia 1º de fevereiro vai continuar o pedágio. Quero dizer para as crianças que é seu meio de trazer economia. Acho que a população dos municípios e as autoridades não conseguiram analisar na parte da economia. Se o pedágio está irregular, a lei também não proíbe a cobrança. Faço comparação: uma vez eu cheguei numa festa de rodeio e tinha um monte de lanterninha, encosta aqui, aí falei, quanto paga: dez reais. Tem legalidade? Não tem. Uma vez cortou a estrada e passamos por uma fazenda, e sabe quanto o fazendeiro cobrou? 50 reais. É legal?

A cobrança de compensação ajudou crescer Santo Antonio de Matupi, pois comprávamos roupas. O índio pega o ônibus, paga a passagem, são 25 reais. Tem a Luz para Todos, a gente achava que ia pagar só uma taxa, mas é conforme o uso. Tem família que paga 150. A saúde, o governo oferece atenção básica, mas exame de média e alta complexidade o governo não oferece e o índio paga. A cobrança de compensação vai lá e cobre.

Será que o governo brasileiro, a presidenta Dilma, daria essas condições? Não dá. Quero dizer para todas as autoridades que fizemos proposta, mas o governo não respondeu. Nós acreditamos em todas as autoridades aqui presentes, mas cadê o executivo aqui? Está o general, está o procurador, mas cadê representante do governo aqui? Não tem.

Nós agradecemos pela sensibilidade que vocês tiveram de chegar até aqui, mas convida o governo para vir resolver as questões práticas aqui. Leva essa mensagem pra Dilma, estamos prontos para dialogar. Mandamos os documentos, mas cadê a resposta?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 03 / 2014

Brasília, 09 de janeiro de 2014.

Realmente, o usuário da Transamazônica é inocente, a gente está ciente disso, mas infelizmente, temos que chamar a atenção do governo. Nós somos pacíficos, queremos diálogo com o governo. General, essas crianças que estão aí, como é que vamos garantir a vida delas? O governo não oferece nenhum projeto. O indigenismo está defasado, combatido pelo ruralista. Espero que Deus mande a cada um de vocês inteligência e sabedoria para dialogar com a gente. Somos um povo indígena que ninguém olha por nós. A sociedade está olhando para nós como bandidos e assassinos. Vocês sentiram algum clima ruim aqui no nosso meio? É isso que nos somos. Obrigado, que Deus abençoe.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Paulo Daniel.

Agressão a quilombolas em base onde Dilma passou férias será levada à ONU

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.01.2014

ONG vai relatar a organismos internacionais agressão a dois quilombolas na entrada da Base Naval de Aratu, que dá acesso ao quilombo Rio dos Macacos, na Bahia. Ministério Público Federal apura o caso

Por Edson Sardinha, em Congresso em Foco



Manifestantes pedem apoio dos governos federal, estadual e municipal para não serem despejados do quilombo Rio dos Macacos

A ONG Justiça Global vai denunciar à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) a agressão a dois quilombolas, na última segunda-feira (6), na Base Naval de Aratu (BA), onde a presidenta Dilma Rousseff passou as férias de fim de ano. Os irmãos Ednei e Rosi Meire da Silva denunciaram à polícia que foram agredidos, humilhados e detidos por oficiais da Marinha quando tentavam retornar ao quilombo Rio dos Macacos, onde moram.

Alvo de uma disputa judicial, o quilombo fica em uma área controlada pela Marinha, que obriga os moradores a passarem por um portão controlado pelos militares para chegarem às suas casas.

Ednei contou ter sido agredido após ser abordado por quatro sargentos da Marinha ao retornar ao

quilombo, localizado entre os municípios de Salvador e Simões Filho. Ele apresentava vários hematomas nos braços e no olho. Segundo Ednei, dois sargentos agrediram sua irmã Rosi Meire com chutes e murros na frente de duas filhas dela. Os irmãos alegam que os militares apontaram arma em suas bocas e os detiveram por algumas horas.

O Ministério Público Federal abriu ontem (7) inquérito para investigar o caso e pediu ao comando da base naval cópias da fita de segurança da portaria de acesso, onde ocorreram as agressões. O procurador Regional dos Direitos do Cidadão substituto, Edson Abdon, também quer saber por quanto tempo os irmãos ficaram detidos.

Em nota, a Marinha alega que os irmãos foram detidos depois de ameaçarem os sentinelas em serviço. Segundo o Comando do 2º Distrito Naval, Rosi Meire tentou se apoderar da arma de um dos militares.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 03 / 2014

Brasília, 09 de janeiro de 2014.

O Ministério Público Militar informou que vai apurar a denúncia. A área é palco de disputa judicial e territorial entre a Marinha e os quilombolas desde a década de 1960, quando a prefeitura de Salvador doou a área aos militares. Atualmente, 70 famílias vivem na comunidade.

“Os moradores relatam que a tensão no local é constante, sendo a agressão a Rosi Meire e Ednei apenas o último caso”, diz a Justiça Global. “Os dois já se encontraram com a presidente Dilma Rousseff, que costuma passar o fim de ano na região do quilombo e prometeu seguidas vezes interceder pela comunidade”, acrescenta a entidade. Dilma voltou da Base Naval de Aratu na última segunda-feira, mesmo dia da agressão, após passar dez dias de férias na região com a família. A presidenta já passou outros períodos de descanso na região.

Em 2012, a ONG e outras entidades de defesa de direitos humanos apresentaram à ONU, à OEA e à Organização Internacional do Trabalho (OIT) documento em que denunciava diversas violações de direitos humanos cometidas pela Marinha contra a comunidade quilombola Rio dos Macacos.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Regis.



Boletim de Notícias - Edição nº 03 / 2014

Brasília, 09 de janeiro de 2014.

Reserva indígena vive clima de tensão para retirada de posseiros

SÍTIO O ESTADO, 09.01.2014

O Exército aguarda oficiais de Justiça para iniciar a retirada de ocupantes das terras Awá-Guajá.

A expectativa e a tensão estão intensas na reserva indígena Awá-Guajá, onde posseiros ocupam a área demarcada para a etnia, considerada pela ONG Survival International como o povo "mais ameaçado do planeta". Homens do Exército Brasileiro aguardam a chegada de oficiais de Justiça com a ordem de desocupação, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai).

A previsão para a chegada dos oficiais é para o começo da manhã de hoje. O despejo dos ocupantes da área, que ergueram cerca de 300 construções na reserva, localizada no norte do Maranhão, foi ordenado pela Justiça Federal do Maranhão, mas ainda é preciso autorização encaminhada pelo juiz José Carlos do Vale Madeira.



Definição de valores de terras de conflitos indígenas será no dia 17

SÍTIO TOPMÍDIA NEWS, 09.01.2014

Após reunião em Brasília, a governadora em exercício, Simone Tebet se reuniu com senador Moka para discutir soluções sobre os conflitos indígenas

A reunião entre a governadora em exercício, Simone Tebet (PMDB) e o Ministério da Justiça aconteceu na terça-feira (7) e não foi conclusiva, já que a União oferece indenização de R\$ 78 milhões para os produtores rurais para compra das terras consideradas indígenas. Os produtores pedem ao menos R\$ 130 milhões, alegando que este é o valor aproximado de todas as terras demarcadas.

Como o acordo não chegou a ser fechado, ontem a governadora se reuniu com o senador Waldemir Moka (PMDB) para discutirem o assunto e tentarem encaminhar uma solução para o conflito.

Moka defende um pagamento justo aos produtores. "Sempre defendi uma proposta no modelo dessa que está sendo colocada. Reconhecemos que há uma dívida da sociedade com a população indígena, só que ela não pode ser paga em cima de um único segmento. Não se pode ampliar aldeias já demarcadas – isso ficou claro no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Para aumentar área indígena é preciso a desapropriação – e pagando-se de forma justa o valor da terra nua e as benfeitorias. E os recursos têm que ser orçamentários", argumenta.

No entanto, segundo Simone, a solução não depende somente do Estado, já que a definição dos valores tem que ser feita entre os produtores e a União. Outro ponto que também deve ser discutido é a definição de como será feita a indenização aos produtores que tiverem as terras desapropriadas.

"De três propostas, duas não agradam ao Estado. A terceira, sim, que seria um repasse fundo a fundo ou uma transferência para o Fundo criado pelo governo do Estado, o Fepati [Fundo Estadual de Terras Indígenas]. Mesmo que não seja competência estadual, Mato Grosso do Sul está disposto a ser parceiro, a fazer essa gestão", afirmou Simone Tebet por meio da assessoria.

Já que não houve consenso, uma nova reunião será feita no dia 17 deste mês, para se aprofundar nos assuntos técnicos pertinentes ao assunto.



Nota Pública: Apoio à extrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão
SÍTIO CIMI, 09.01.2014

Conforme informações divulgadas na grande imprensa, o Executivo Federal, cumprindo ordem judicial, iniciou o processo de desintrusão ou extrusão, ou seja, de retirada de todas as pessoas não índias que invadiram a Terra Indígena Awá-Guajá, localizada no norte do Estado do Maranhão. Essas ações se devem, apenas e tão somente, ao cumprimento do mandado constitucional do Art. 231 da Constituição que reconhece e garante aos índios "direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Consequentemente, a defesa dos direitos do povo Awá-Guajá e da extrusão não se deve apenas ao fato de ser um povo ameaçado de extinção pela ação de invasores, especialmente madeireiros, mas porque é um direito garantido pela Constituição do Brasil.

O direito dos Awá-Guajá às terras que ocupam foi reafirmado por recente decisão da Justiça Federal do Maranhão, em processo que se arrasta há mais de doze anos. É obrigação do Estado, através da Fundação Nacional do Índio (Funai), retirar todos os não indígenas da TI Awá-Guajá.

Não se trata de um "expurgo" de pequenos agricultores de suas terras, abandonando-os à própria sorte, como vem afirmando a Senadora Katia Abreu e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Apesar de ocupar ilegalmente terras indígenas, no processo de extrusão está previsto que as famílias retiradas, elegíveis para programas de reforma agrária do Governo Federal, serão reassentadas pelo INCRA.

Também, muito diferente do que afirmou a presidente da CNA, usando de má fé para incitar pequenos agricultores contra os índios, as ações de retirada dos invasores da TI Marãiwatsédé, no Mato Grosso, em 2012, não jogou "1.800 famílias de pequenos agricultores familiares ao vento, ou melhor, à maior das intempéries". Além de serem menos de mil famílias e apesar de terem invadido a área, influenciados por políticos e grandes fazendeiros, depois de decisão que a estabeleceu como Terra Indígena, no início dos anos 1990 (detalhes em <http://maraiwatsede.wordpress.com>), às famílias elegíveis para os programas de reforma agrária foram oferecidos lotes em assentamento no município de Alto da Boa Vista. No processo de retirada, muitas não aceitaram a oferta, influenciadas por lideranças políticas que incitaram a população contra os direitos constitucionais dos índios Xavante.

Este mesmo tipo de incitamento vem ocorrendo por ocasião da retirada de invasores não índios da TI Awá-Guará, inclusive por meio da organização de acampamento em frente à base de operações no município de São João do Caru para dificultar o cumprimento da ordem judicial de extrusão. Manifestações de opiniões são um direito constitucional, mas desinformar e incitar pessoas à desobediência é ilegal e ilegítimo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 03 / 2014

Brasília, 09 de janeiro de 2014.

Reafirmamos a luta em defesa dos direitos humanos, especialmente dos direitos indígenas, que só serão garantidos a partir do acesso e permanência em suas terras. Consequentemente, reafirmamos nosso compromisso e apoio incondicionais à desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, obrigação do Estado brasileiro e fundamental para a autodeterminação e manutenção do modo de vida de "um dos últimos povos nômades da América".

- Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
- Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin)
- Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic)
- Greenpeace
- Instituto Socioambiental (ISA)
- Operação Amazônia Nativa (OPAN)
- Plataforma Dhesca Brasil
- Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação
- Terra de Direitos
- Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Noroeste: Justiça Federal reconhece direito de indígenas em área que Terracap loteou
SÍTIO REDE SUSTENTABILIDADE, 09.01.2014



Este início de ano Brasília ficou mais rica social e culturalmente, pois a Justiça Federal do Distrito Federal emitiu uma decisão histórica (publicada no último dia 16 de dezembro de 2013) por meio de sentença judicial conferindo novos rumos para a questão indígena no Distrito Federal, principalmente no que toca à efetivação de direitos, visibilidade e combate ao preconceito.

Esse dia ficará marcado na história e na memória da cidade Capital do Brasil, quando finalmente foram reconhecidos os direitos territoriais da comunidade Tapuya-Fulni-Ô do Santuário dos Pajés sobre parte da área ocupada da antiga Fazenda Bananal, situada no setor noroeste de Brasília. Com base em diversos laudos e pareceres técnicos da FUNAI, inspeções judiciais e demais provas, o Juiz Federal da 2ª Vara, Dr. Paulo Ricardo de Souza Cruz reconheceu que a ocupação indígena dos Fulni-Ô Tapuya do Santuário dos Pajés nas imediações do Plano Piloto de Brasília se trata de terra tradicionalmente ocupada nos moldes do Artigo 231 da Constituição Federal.

A sentença judicial prolatada pelo Juiz Federal Paulo Ricardo em função da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (6ª Câmara da Procuradoria Geral da República e Procuradoria da República no Distrito Federal) no ano de 2009 que solicitava a proteção da ocupação indígena dos Fulni-Ô Tapuya do Santuário dos Pajés através da identificação e demarcação da terra indígena e do reconhecimento da tradicionalidade do modo de ocupação levado a cabo pelos indígenas Fulni-Ô desde o período que remonta a construção de Brasília e anterior a Constituição de 1988.

CONT.



A Terra Indígena Tapuya, conhecida como Santuário dos Pajés, é ocupada pelos indígenas da etnia Fulni-Ô desde o final dos anos 50, quando vieram para Brasília como candangos para trabalhar nas obras da futura capital. Vivendo situação de violência e esbulho de terras no sertão de Pernambuco, rumaram para Brasília acreditando no discurso salvacionista do presidente Juscelino Kubitschek e construíram aqui não apenas paredes de concreto, mas reproduziram seu modo de vida tradicional dando continuidade a presença indígena no Planalto Central do Brasil. Diante de todas as utopias que foram sendo solapadas nas décadas que se seguiram, a silenciosa utopia indígena em Brasília se apresentou como a força mais poderosa, que irrompeu nos cantos guerreiros dos índios Tapuyas e nas rezas de seus pajés, como a última comunidade tradicional indígena, pioneira e candanga que ainda vive e resiste nas savanas do Distrito Federal.

Em 2009, o técnico da FUNAI Frederico Magalhães escreveu uma tese defendida no programa de pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), onde além de traçar um histórico da ocupação da comunidade indígena, apresenta a Terra Indígena Santuário dos Pajés como um caso singular de territorialização indígena e de apropriação cultural, social e ambiental do território a partir dos usos espirituais e religiosos dos Tapuya-Fulni-Ô, a manifestação do sagrado indígena nas matas de Cerrado da Asa Norte conforme os usos, costumes e tradições do povo Fulni-Ô (atualmente a terra indígena é limítrofe ao empreendimento imobiliário Setor Noroeste em instalação).

O indigenista da Funai, Frederico Magalhães, conhece o território e a comunidade indígena do Santuário Tapuya há bastante tempo e, em entrevista a pedido da comunidade Fulni-Ô do Santuário, fez algumas considerações sobre a sentença da Justiça Federal do DF e a importância histórica desse reconhecimento não apenas para a comunidade indígena Fulni-Ô Tapuya, mas também para toda a sociedade brasileira e brasiliense em particular, sobretudo porque o reconhecimento da Terra Indígena Santuário dos Pajés é a prova de que é possível conviver com as diferenças culturais, com modos de viver e pensar culturalmente diferenciados, respeitando as tradições e costumes indígenas, além de receber um pulmão espiritual verde de Cerrado cultivado e preservado pela cultura tradicional dos indígenas Fulni-Ô-Tapuya. Ganham todos os brasilienses e brasileiros, e as futuras gerações, com o fortalecimento da cidadania indígena e da tolerância étnica, religiosa e cultural, numa convivência plural, democrática e multicultural entre a diversidade socioambiental e étnica que marca Brasília como a capital multiétnica de todos os brasileiros e brasileiras.

A luta e resistência dos indígenas Fulni-Ô-Tapuya do Santuário dos Pajés que saíram das matas do Cerrado e ganhou o apoio da cidade, da juventude e dos movimentos sociais do Distrito Federal para buscar o reconhecimento de seus direitos, de sua forma de vida tradicional, de sua identidade étnica e de seu território historicamente constituído a partir da construção de Brasília em 1957 obteve com a sentença da Justiça Federal do DF o reconhecimento por parte do Estado brasileiro de seu "direito à cidade", mas um direito à cidade de maneira diferenciada, nos moldes do artigo 231 da Constituição Federal, engendrado por um modo de ocupação da terra culturalmente tradicional em meio às matas de Cerrado do Plano Piloto de Brasília.

O poder público foi obrigado a reconhecer ao longo das décadas de 1960-1970, o direito à

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 03 / 2014

Brasília, 09 de janeiro de 2014.

cidade aos milhares de trabalhadores candangos – marginalizados na própria cidade que ajudaram a construir. A criação das “cidades-satélites” a partir das mobilizações sociais dos candangos e pioneiros na luta pela permanência no seu novo território culmina agora com a decisão histórica da Justiça Federal do Distrito Federal que proclamou os direitos territoriais originários dos indígenas candangos do Santuário dos Pajés a partir do reconhecimento da tradicionalidade do modo de ocupação indígena da primeira e única “Terra Indígena-Satélite” do DF, o território do Santuário Tapuya dos Pajés habitado pelos índios candangos Fulni-Ô Tapuya ao longo de cinco décadas e três gerações.

Do site do Chico Sant’Anna



CIMI aciona o MPF para que morte de Oziel não fique impune

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 09.01.2014

O conselheiro do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) em Mato Grosso do Sul, Flávio Machado, recorrerá ao MPF (Ministério Público Federal) para que a morte do indígena Oziel Gabriel, 35 anos, não fique impune.

No inquérito nº 240/2013, assinado pelo delegado Paulo Machado, da Polícia Federal, não é apontado um culpado pela morte do indígena, ou seja, as investigações não concluíram de qual arma saiu o projétil que atingiu Oziel. Não houve indiciados porque a bala não foi encontrada.

Oziel foi morto durante reintegração de posse da Fazenda Buriti, em Sidrolândia, no dia 30 de maio do ano passado. A fazenda havia sido ocupada 15 dias antes e os indígenas se negavam a deixar a propriedade. A operação foi realizada por policiais federais com apoio de militares da então Cigcoe (Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais).

"Confiamos que o MPF cumprirá seu papel e vamos pedir novas investigações e exames para que o assassino do Oziel seja encontrado e punido, seja ele policial federal ou militar", afirmou Flávio Machado.

Ele, como representante do Cimi no Estado, teme que a morte do indígena entre para "uma triste lista" de assassinatos de lideranças não esclarecidos em Mato Grosso do Sul. Para Flávio, casos de impunidade envolvendo a morte de índios são recorrentes no Estado.

"A primeira morte foi de Marçal de Souza em 1983. De lá para cá, diversas outras lideranças foram mortas e ninguém foi preso ou culpado por isso. Isso só incentiva mais ataques", opinou. "Muita coisa sobre aquele dia ainda deve ser esclarecida", completou.

O fato de o inquérito policial não apontar o culpado da morte de Oziel foi taxado por Flávio como "lamentável".

Com sentimento de revolta e indignação, Otoniel Gabriel, 33 anos, irmão do indígena baleado e morto em maio do ano passado já imaginava que o inquérito da Polícia Federal não apontaria nenhum culpado pelo crime.

"A polícia não iria incriminar alguém deles e a gente sabe que foi a Polícia Federal. Não temos mais confiança na justiça brasileira. Esse caso se arrastou por todo esse período e não resolveu nada", lamentou.

Mas Otoniel garante que enquanto houver esperanças irá lutar para que o caso seja levado a frente pelo MPF. "Estamos tentando uma audiência para verificarmos quais são nossas possibilidades de fazer com que a investigação não acabe aqui", concluiu. (CGNews)



Boletim de Notícias - Edição nº 03 / 2014

Brasília, 09 de janeiro de 2014.

Ribeirinhos: faltam 98 casas para serem recadastradas

SÍTIO PASSEI AKI, 09.01.2014

IMPERATRIZ - O recadastramento das famílias ribeirinhas, das áreas de riscos de enchente dos bairros da Caema, Cortume, Beira Rio, Vila Leandra e Areial, iniciado no dia 2 de janeiro, já totalizou 440 cadastros até esta quarta-feira (8).

De acordo com o superintendente da Defesa Civil Francisco das Chagas Silva, falta apenas 98 retornos. "Realizamos um total de 440 cadastros, falta 98 retornos. Até domingo vamos concluir tudo", afirma.

O superintendente, informou também, que 60 casas estavam abandonadas.



Militares da Marinha serão ouvidos pelo MPF sobre prisão de quilombolas na Bahia
SÍTIO PORTAL AFRICAS, 09.01.2014

Marcelo Brandão
Repórter da Agência Brasil

Brasília – Os militares da Marinha envolvidos na prisão de quilombolas, na Bahia, deverão ser ouvidos na próxima semana, em inquérito aberto pelo Ministério Público Federal (MPF) para apurar denúncia de prisão e agressão contra dois moradores de uma comunidade remanescente de quilombo. De acordo com o MPF, o fato ocorreu no Complexo Naval de Aratu, no município de Simões Filho, onde está localizada a comunidade quilombola Rio dos Macacos.

No inquérito aberto ontem (7) e conduzido pelo procurador regional substituto dos Direitos do Cidadão, Edson Abdon, os irmãos Edinei Messias dos Santos e Rosimeire Messias dos Santos denunciam que foram presos e agredidos por militares, na última segunda-feira (6), ao passar por um portão que dá acesso à comunidade e é controlado pela Marinha.

De acordo com a organização não governamental (ONG) Justiça Global, os dois moradores da comunidade foram “espancados, humilhados e presos quando passavam pela guarita”. A prisão ocorreu à tarde e aos dois irmãos só foram liberados à noite.

O procurador informou que os militares deverão ser ouvidos na próxima semana, mas sem data definida. Já o comandante da base deverá falar na próxima terça-feira (14). Os dois quilombolas deverão prestar depoimento ainda nesta semana.

Hoje (8), a Defensoria Pública da União (DPU) também pediu esclarecimentos à Marinha sobre o episódio. Em nota, o Comando do 2º Distrito Naval confirmou a prisão dos irmãos, alegando ter sido motivada pelo “comportamento violento da senhora Rosimeire, que tentou, inclusive, apoderar-se da arma de um dos militares”. A Marinha informou que os dois irmãos foram soltos “após a situação ter sido controlada” e que um inquérito policial militar (IPM) será instaurado para apurar os fatos.

A comunidade Rio dos Macacos e a Marinha têm um histórico de disputas pela região. Desde 2010, membros da comunidade e da Marinha brigam na Justiça pela área conhecida como Barragem dos Macacos. Mesmo com a presença da comunidade, os militares receberam a área da União, entre os anos 1950 e 1960, e instalaram a Base Naval de Aratu.

Segundo o MPF, estudos da perícia antropológica do órgão e também do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) indicam que a comunidade está no local “há quase 200 anos”. Um relatório técnico de identificação e delimitação foi feito pelo instituto e entregue à comunidade, em agosto de 2012.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 03 / 2014

Brasília, 09 de janeiro de 2014.

O Ministério Público Federal, no entanto, cobra a publicação do documento no Diário Oficial da União para continuar o processo de regularização fundiária da comunidade.

Edição: Aécio Amado



Deputado critica agressões contra quilombolas e pede ação do Estado

SÍTIO AÇÃO POPULAR, 09.01.2014

O deputado estadual Marcelino Galo (PT) criticou com veemência as agressões praticadas por militares da Marinha contra lideranças quilombolas que defendem a demarcação de terras na Base Naval de Aratu, na Bahia. Em publicação em sua conta no Facebook, o petista disse que o estado não pode ser conivente com a arbitrariedade e defendeu rigor na apuração e punição dos agentes envolvidos no ato considerado por ele como "inadmissível e abominável". Galo afirmou ainda que a história centenária da Comunidade não pode ser apagada "de forma arbitrária e autoritária" patrocinada pela omissão do Estado.

"A prisão e tortura dos irmãos Edinei Messias dos Santos e Rosimeire Messias dos Santos é inadmissível no Estado Democrático de Direito e representa uma afronta às garantias Constitucionais do nosso país. Não podemos assistir a este grave episódio de violência e violação aos direitos humanos de forma passiva. É inaceitável que esta situação se prolongue sem nenhuma solução e atitude efetiva das autoridades competentes. É preciso, portanto, identificar os militares envolvidos nesse ato abominável de violência e puni-los exemplarmente pelas torturas arbitrárias cometidas contra os cidadãos Edinei e Rosimeire. O Estado Democrático não pode ser omissor e se eximir de sua responsabilidade", escreveu.

Marcelino também defendeu a "imediata" demarcação de terras para a comunidade Quilombola. "O Quilombo dos Macacos é antigo naquele território. Ali plantou toda a sua cultura e identidade há mais de 100 anos. Essa história de resistência com aquela terra não pode ser apagada de uma hora para outra, de forma autoritária e arbitrária. A demarcação (e titulação) das terras está garantida pela Constituição, a partir do Decreto 4887/2003. Não há, portanto, o que mais se discutir. As comunidades remanescentes quilombolas têm direitos garantidos na Constituição e é preciso que esta lei seja cumprida".

De acordo com ele, as famílias estão ali "desde a época da abolição da escravatura, antes da criação da Base Naval, por isso não há motivo maior que o direito à moradia, dignidade e cidadania dessas famílias", ressaltou o petista, que preside na Assembleia Legislativa a Comissão Especial da Verdade, responsável por apurar as violações cometidas contra o parlamento baiano por agentes da ditadura militar.

Fonte: Tribuna

Escassez de recursos preocupa moradores. Ações alternativas começam a sair do papel

SÍTIO O GLOBO, 09.01.2014



Quilombola. Fabiano Alves nota a redução da água Fotos de Marcelo Piu

Fabiano Alves conhece bem o Quilombo do Cabral, onde nasceu há 55 anos. De 40 anos para cá, diz que viu 80% da água das 19 nascentes sumirem. Da vegetação, conta que o tronco do jequitibá branco, já raro na região, é bom para quase tudo, especialmente para problemas urinários. Ele o distribui a quem o pede, afinal "não se vende remédio". Quando jovem, chegou a vender da sua própria roça 300 dúzias de banana por semana, mas, hoje, trabalha fora do quilombo, cuja terra não é suficiente para sustentá-lo. A degradação da Mata Atlântica nativa dos 500 hectares do quilombo na APA de Cairuçu tem sido uma dificuldade enfrentada pelas cerca de 50 famílias que vivem na área, aonde se chega por uma estrada de chão na beira da BR 101, a menos de dez quilômetros de Paraty.

A ansiada e definitiva demarcação dos limites do território quilombola pelo Incra é aguardada para este mês, e depois disto, viria a titulação do Quilombo do Cabral, em nome da comunidade, o que proíbe a venda ou o aluguel de qualquer propriedade. O título abriria caminho para projetos de recuperação do local, como o da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da empresa Carbone Florestal, que estão em processo de mapeamento da área e visando reflorestar, de início, 50 hectares. O manejo duraria de 24 a 30 meses, até que a comunidade começasse a sentir a diferença com a nova vegetação. Além de Mata Atlântica nativa, a ideia é associar também espécies comestíveis, num modelo agroflorestal sustentável, como os já existentes pés de cacau, mandioca e cana. A expectativa é dar o pontapé inicial no

CONT.



final deste ano ou início do próximo, mas para isso, ainda faltam recursos, que poderiam ser captados com companhias como Petrobras, Vale ou com construtoras.

— Vamos tentar captar verbas das empresas que têm metas para o gerenciamento de emissões de gás carbônico — explicou Sandro Paulino, da Carbono Florestal.

Um relatório do Incra aponta que a única fonte de água do quilombo são as nascentes. Esgoto, só por sumidouro. Não há coleta de resíduos, posto de saúde, energia elétrica ou drenagem de águas pluviais. Transporte coletivo, apenas na BR 101. Uma estrada de terra, que passa pelo alambique da cachaça Coqueiro também leva à igreja no alto do vale do quilombo, onde, mais abaixo, estão as moradias. Elas quase não se conectam umas com as outras — algumas se ligam por trilhas na mata —, e assim é o contato do quilombo com a cidade: quase nulo.

— O Quilombo do Campinho é o ídolo do Cabral — brinca o professor da Unicamp, Carlos Fernando Andrade, pois lá é forte o turismo sustentável. — Gostaríamos de implantar um projeto parecido aqui, em que, além de conhecer a comunidade, os turistas pudessem levar o que fosse produzido, como artesanato.

O quilombola Fabiano não sabe ler, mas diz que arrisca no inglês. Ele toca pandeiro e violão, além de garantir que o quilombo tem o melhor dos forrós.

— Eu pulava a janela da escola, e não aprendi nada, hoje não quero mais aprender. A leitura atrapalha, prefiro a música.

Sua casa de barro parece um micro museu, com fotos, objetos antigos e acessórios de madeira tolhidos por ele mesmo. A cultura das plantas medicinais é outro legado deixado por sua família. Para ele que gosta de tirar fotos e contar histórias, a chegada de turistas seria muito bem-vinda.



Emater atende a quilombolas

SÍTIO CLIPTVNEWS, 09.01.2014

Na comunidade São Pedro, zona rural de Tomé-Açu, a Emater desenvolve projeto com 35 famílias de quilombolas às margens do Rio Acará-Miri.

Na comunidade, está sendo implantado sistema agroflorestal, com novas alternativas de produção. O projeto combina andiroba, cacau e açaí, espécies escolhidas de acordo com a aptidão dos agricultores e também com vistas ao aproveitamento das áreas que já têm produção de açaí nativo.

A ideia é incrementar em três anos, quando acontece a primeira colheita da safra do cacau, a renda das famílias em 200%. Segundo o técnico da Emater Pedro Rodrigues, o projeto combina culturas com produção com médio, longo e curto prazo. No caso dos quilombolas a equipe técnica trabalha também com a mandiocultura, principal atividade da comunidade. Com o uso do sistema agroflorestal, as roças permanecem com solo bom para produção por até 15 anos, enquanto que usando a monocultura, as roças precisam ser renovadas a cada colheita.

Outra vantagem do sistema agroflorestal é o aumento da Biodiversidade das áreas, a criação de um novo Clima com a inserção de novas espécies nas áreas, a proteção do solo contra a erosão e a prevenção contra o Desmatamento. "Nossa expectativa é demonstrar que, adotando esse sistema, evitaremos a abertura de novas áreas", diz Pedro Rodrigues.



Mais Médicos: governo vai trazer mais profissionais estrangeiros

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 09.01.2014

O Programa Mais Médicos terminou o ano de 2013 com 6.658 profissionais trabalhando em 2.177 municípios e 28 distritos indígenas

Agência Brasil

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, disse nesta quinta-feira (9/1) que o governo pode recorrer novamente à cooperação internacional para atingir a meta de 13 mil profissionais trabalhando para o Programa Mais Médicos até março deste ano.

De acordo com o ministro, há “uma percepção positiva” por parte da população e dos gestores estaduais e municipais em relação ao trabalho de médicos cubanos em atuação no país. “A avaliação tem sido muito positiva”, reforçou.

O Programa Mais Médicos terminou o ano de 2013 com 6.658 profissionais trabalhando em 2.177 municípios e 28 distritos indígenas. A meta é, até março de 2014, ter 13 mil profissionais nos municípios que aderiram ao programa.



Índios Kricatí derrubam duas torres da Eletronorte em Montes Altos-Ma

SÍTIO BARRA DO CORDA NOTÍCIAS, 09.01.2014

Nessa quarta-feira (8); os Índios da aldeia KRICATÍ revoltados com a situação em que vivem no município de Montes Altos-MA resolveram chamar a atenção das autoridades da FUNAI, derrubando duas torres de alta-tensão da Eletronorte e prometem derrubar mais três torres se suas reivindicações não forem atendidas.

O cacique afirma que estão cansados de tantas promessas e nada é cumprido por parte da FUNAI, para resolverem os problemas da aldeia KICRATÍ, eles pedem por uma melhor assistência na saúde indígena, sexta básica, escolas, transporte, e compensações pela operação das torres de alta-tensão instalada na área, a empresa já está analisando a questão e informou que vai se pronunciar em breve.

Esse é o segundo protesto indígena em um período de quatro meses.



Década Internacional de Afrodescendentes é aprovada na Assembleia Geral da ONU
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.01.2014

Com o tema "Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento", a Década será celebrada de 2015 a 2024 com o objetivo de reforçar o combate ao preconceito, à intolerância, à xenofobia e ao racismo

SEPPIR – Aumentar a conscientização das sociedades no mundo quanto ao combate do preconceito, da intolerância, da xenofobia e do racismo. Este é o objetivo da Década Internacional dos Afrodescendentes, criada por resolução da Assembleia Geral da ONU no dia 23 de dezembro último. Com o tema "Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento", a Década será celebrada de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024.

A abertura oficial do decênio ocorrerá entre setembro e dezembro deste ano, logo após o debate geral da sexagésima nona sessão da Assembleia Geral da ONU – Organização das Nações Unidas. Instituída, a Década dos Afrodescendentes deverá impulsionar a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001.

Enfatizando a resolução da ONU que proclamou 2011 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, o documento que cria a Década destaca que apesar de muitos esforços pelo mundo, "milhões de seres humanos continuam a ser vítimas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância relacionada, inclusive suas manifestações contemporâneas, algumas das quais tomam formas violentas".

O documento reitera também que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e têm a capacidade de contribuir de forma construtiva para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade.

Brasil – No Brasil, as ações do decênio serão desenvolvidas sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, a SEPPIR-PR, e do Ministério das Relações (MRE). Durante as negociações pela instalação da Década nas Nações Unidas, a representação brasileira ressaltou que o país tem o maior número de pessoas de ascendência africana fora do continente, mas continua a enfrentar o racismo e a intolerância herdada de seu passado colonial.

No 20 de novembro do ano passado, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, o Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) e parceiros promoveram o show "Encontro das Áfricas", no Rio de Janeiro. O evento contou com a participação da ministra Luiza Bairros (Igualdade Racial), de artistas brasileiros e estrangeiros que sintetizaram as diferentes culturas africanas com apresentações que foram dos tambores à música eletrônica. A iniciativa foi realizada em apoio à então campanha para que os Estados-membros da ONU aprovassem a Década dos Afrodescendentes.